



"DIREITOS FUNDAMENTAIS E NOVOS DIREITOS: A ECONOMIA SOLIDÁRIA NA GESTÃO DA SAÚDE PÚBLICA

II Semana acadêmica online de saúde, 1ª edição, de 23/01/2024 a 24/01/2024

ISBN dos Anais: 978-65-5465-079-3

DOI: 10.54265/PMBM4054

JUNIOR; Otto Guilherme Gerstenberger ¹, GERSTENBERGER; Fatima Cristina Santoro ², GERSTENBERGER; Guilherme Santoro Gerstenberger ³

RESUMO

No contexto atual, marcado por desafios sociais e econômicos complexos, a gestão da saúde pública demanda uma abordagem que integre direitos fundamentais, novos direitos e economia solidária. O estudo "Direitos Fundamentais e Novos Direitos: A Economia Solidária na Gestão da Saúde Pública" visa explorar como a economia solidária pode ser uma ferramenta eficaz na gestão de políticas públicas de saúde, promovendo acesso igualitário e sustentabilidade. Este trabalho busca desenvolver um modelo de gestão em saúde que não apenas seja economicamente viável, mas que também esteja alinhado com a garantia e expansão de direitos fundamentais e novos direitos. A pesquisa adota uma metodologia interdisciplinar, combinando análises de políticas públicas de saúde, estudos de economia solidária e teorias de direitos humanos. Foram analisados modelos de gestão de saúde que incorporam princípios de economia solidária em diferentes contextos internacionais, focando nas estratégias que equilibram a eficiência de custos com a garantia de direitos e decisões éticas. A metodologia incluiu análises qualitativas e quantitativas de programas de saúde pública, estratégias de financiamento sustentável e avaliações de impacto na garantia de direitos fundamentais e novos direitos. Os resultados demonstram que a integração de princípios de economia solidária na gestão de saúde pública conduz a uma maior eficácia, justiça e sustentabilidade nos sistemas de saúde. Observou-se que modelos que enfatizam a cooperação, a gestão participativa e a responsabilidade social não apenas melhoram o acesso e a qualidade dos serviços de saúde, mas também promovem uma distribuição mais equitativa de recursos. Além disso, tais modelos contribuem para a expansão de novos direitos, como o direito à saúde integral e comunitária, reforçando a noção de saúde como um direito humano fundamental. Este estudo aborda o potencial da economia solidária em reformular a gestão da saúde pública, destacando como essa abordagem pode fortalecer os sistemas de saúde diante de desafios econômicos e sociais. Discute-se a importância de integrar a economia solidária com políticas públicas de saúde, enfatizando a necessidade de uma governança responsável, transparente e participativa. A pesquisa também explora as implicações da economia solidária na expansão de

¹ UVA - Universidade Veiga de Almeida, ottoguilherme@yahoo.com.br

² UVA - Universidade Veiga de Almeida, fatima_santoro@yahoo.com.br

³ FGV = Fundação Getúlio Vargas, guilherme.santoro@live.com

novos direitos relacionados à saúde, propondo um modelo mais inclusivo e equitativo de gestão da saúde. O estudo conclui que a incorporação da economia solidária nas políticas públicas e na gestão da saúde é crucial para criar sistemas de saúde mais justos, sustentáveis e eficazes. Essa abordagem não apenas responde às necessidades econômicas, mas também promove a garantia e expansão dos direitos fundamentais e novos direitos no campo da saúde. O trabalho destaca a necessidade de novas estratégias na gestão da saúde que priorizem a colaboração, a responsabilidade social e a sustentabilidade, alinhando-se com os princípios da economia solidária para enfrentar os desafios contemporâneos.

PALAVRAS-CHAVE: Gestão da Saúde, Direitos Fundamentais, Economia Solidária

¹ UVA - Universidade Veiga de Almeida, ottoguilherme@yahoo.com.br

² UVA - Universidade Veiga de Almeida, fatima_santoro@yahoo.com.br

³ FGV = Fundação Getúlio Vargas, guilherme.santoro@live.com